

Moção

Combater o aumento do custo de vida. Aumentar os salários e as pensões Criar um regime de preços máximos para o cabaz alimentar essencial

Em 2022 registou-se a maior subida de preços dos últimos 30 anos, com os trabalhadores e os reformados e pensionistas a sofrerem uma redução substancial do poder de compra. Em 2023, o ano iniciou-se com mais aumentos e, hoje, as famílias sentem o impacto brutal nas suas vidas devido ao agravamento do custo de vida e da queda do valor real dos salários e das pensões.

No caso dos bens alimentares, de acordo com os cálculos mais recentes, estima-se que um cabaz de alimentos essenciais tenha aumentado, entre o início e o final do ano passado mais 33,51 euros, em média; ou seja, de 183 euros passou para cerca de 217 euros. Mas há alimentos que tiveram aumentos muito superiores à média. Pagamos hoje mais 20,6% pelo pão e cereais, mais 42% pelo leite meio-gordo e mais 35% por outros lacticínios, mais 21,1% pela carne, mais 41% pela pescada, mais 53% pelo arroz carolino, mais 24,9% pelos produtos hortícolas, entre outros produtos alimentares.

Os preços da eletricidade e do gás natural aumentam novamente em 3,3% e 3%, respetivamente. Relativamente às portagens e pontes, ao invés de travar novos aumentos e fixar a sua atualização no valor máximo equivalente ao do ano passado, o Governo decidiu aumentá-las em mais 4,9%, transferindo para as concessionárias mais 140 milhões de euros, somando-os aos 1400 milhões de euros que já recebem. Quanto às prestações do crédito à habitação verificam-se aumentos superiores a 100 euros, 200 euros, ou ainda mais elevados.

Estamos perante uma situação de total descontrolo dos preços, os quais se tornaram incontroláveis para a esmagadora maioria da população, face ao emagrecimento dos orçamentos familiares. A realidade mostra que para uma ampla maioria a vida piorou, mas há uma minoria que continua a beneficiar de enormes vantagens. É um facto que os milhares de milhões de euros que o povo paga a mais são transferidos em forma de lucros para os accionistas da grande distribuição, da banca, da energia, etc.

No ano transato, só a Sonae e a Jerónimo Martins aumentaram em 30% os seus lucros (+ 443 ME); a GALP (+ 680 ME); a EDP (+ 612 ME); os principais bancos, no seu conjunto, praticamente duplicaram os lucros para quase dois mil milhões de euros (só a CGD e o BES/Novo Banco atingiram 759 ME).

O Governo não pode “sacudir a água do capote” e fazer de conta que a resolução deste problema não é da sua competência e responsabilidade.

O Governo não regula os preços dos produtos essenciais, promove a perda do poder de compra dos salários e das pensões mas, de maneira oposta, dá corpo às opções que servem os grupos económicos e financeiros, permitindo que possam determinar preços especulativos para dessa forma intolerável obterem lucros exorbitantes.

Portugal continua a ser um país de profundas injustiças e desigualdades.

Os salários mínimo e médio são muito baixos. Tanto no sector privado como na Administração Pública a atualização dos salários tem sido feita abaixo da inflação, mas além disso há milhares de trabalhadores que não veem os seus salários atualizados há anos. Segundo os últimos dados conhecidos, as remunerações brutas médias mensais por trabalhador, em termos reais, tinham caído 4,7% até Setembro de 2022.

Quanto às reformas e pensões, o logro mantém-se. A revisão dos aumentos por via da inflação e do não cumprimento da lei da aplicação da fórmula de cálculo, reduz substancialmente o valor da atualização a que os reformados e pensionistas têm direito, ficando muito aquém da tão necessária reposição e melhoria do poder de compra, com impactos muito negativos para o futuro.

Tudo isto se traduz em mais empobrecimento das famílias. Segundo os dados da *Pordata* apresentados no Dia Internacional da Pobreza (Outubro de 2022), "Portugal desviou-se da trajetória de redução da pobreza", assinalando que já em 2020 existiam 4,4 milhões de portugueses em situação de pobreza ou a auferir rendimentos abaixo do limiar da pobreza [554 euros mensais em 2020]. Mesmo depois das transferências sociais (pensões de velhice e sobrevivência e outras eventualidades), 1,9 milhões de pessoas mantêm-se em pobreza extrema. Por outro lado, há cada vez mais pessoas que mesmo a trabalhar estão a empobrecer, estimando-se que hoje estejam mais de 10% dos trabalhadores nesta situação.

Medidas avulsas e de assistencialismo, como as que o Governo promove, não são suficientes. O que é verdadeiramente prioritário e urgente, o que os trabalhadores, o povo e o país reclamam, é uma política de valorização de todos os salários e pensões, de proteção à habitação para garantir que ninguém fica sem casa, o combate efetivo à especulação dos preços. Uma política que enfrente os interesses dos grupos económicos e financeiros e que garanta uma justa distribuição da riqueza produzida.

Assim, a Assembleia Municipal do Seixal, reunida em 30 de Janeiro, na sua 1ª Sessão Extraordinária de 2023, delibera:

1- Exigir ao Governo:

- Medidas de combate efectivo ao aumento do custo de vida através, nomeadamente, da regulação dos preços dos alimentos, dos combustíveis, da energia, das telecomunicações, dos serviços da banca e de outros serviços essenciais, bem como medidas para promover e dinamizar a contratação coletiva.
- Criação de um regime de preços máximos para o cabaz alimentar essencial.
- Medidas para impedir quer o aumento das rendas de casa, quer o aumento das prestações dos empréstimos á habitação.

2- Expressar o seu apoio às justas reivindicações dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas, manifestar solidariedade para a justa luta das populações, bem como saudar as ações de luta convocadas pela CGTP-IN para 9 de Fevereiro, **Dia Nacional de Indignação, Protesto e Luta**, em defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do país, conforme os objetivos constantes da presente moção.

Seixal, 30 de Janeiro de 2023

P' lo Grupo Municipal da CDU

Manuel Janeiro